



CC
DIG
FLORESTAL
+10

DAS RAÍZES AO LEGADO



COMPROMISSOS PARA ADEQUAÇÃO AMBIENTAL NO SETOR EMPRESARIAL E FINANCEIRO

São três letras que estão em alta: ESG. Environmental, Social and Governance, ou seja, Ambiente, Social e Governança. Mais do que uma tendência, são indicadores de sustentabilidade que são uma resposta das empresas aos principais desafios contemporâneos - entre eles, a mudança climática. Exigências impostas pelas legislações, como o Código Florestal, e pelos mercados consumidores têm impulsionado mudanças.

Para abordar os “Compromissos para adequação ambiental no setor empresarial e financeiro”, reuniu-se um time de especialistas: Thais Aleluia, analista da AllianceBernstein, Rebeca Lima, diretora executiva da

CDP Latin America e Pedro Burnier, gerente do Programa de Cadeias Agropecuárias da Amigos da Terra. O painel foi mediado por Eugênio Pantoja, diretor de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM).

“Com esse surgimento de novos arcabouços legais que buscam assegurar uma produção de commodities que atendam aos critérios mínimos de sustentabilidade, a implantação do Código Florestal também se torna ainda mais estratégica para garantir acesso a mercados internacionais”, destacou Pantoja, na abertura do evento.



O papel dos fundos

Diante de um problema global, como é o desmatamento, os fundos internacionais estão trabalhando para criar indústrias sustentáveis. A afirmação é de Thais Aleluia, analista da AllianceBernstein, baseada em Nova Iorque. Segundo ela, reguladores tanto na Europa como nos Estados Unidos estão exigindo, cada vez mais, que os investidores usem uma lente de sustentabilidade quando tomam decisões para investir ou emprestar recursos financeiros para empresas e países.

Nesse sentido, o desmatamento passou a ser incorporado como fator de risco relevante. “Investidores e bancos não estão dispostos a patrocinar, a colocar recursos em companhias que potencialmente possam ter um crescimento menor de receita ou uma trajetória negativa de crescimento porque não agiram rápido o suficiente para endereçar ou resolver uma questão que poderia

ter sido resolvida no curto prazo, como desmatamento”, disse.

Outra tendência decorrente das exigências de práticas ambientalmente responsáveis é que, atualmente, bilhões de reais ou de dólares podem ser criados em valor de mercado se as empresas construírem uma indústria sustentável. Thais citou como exemplo uma inovação recente no mercado de dívida internacional, que são os títulos vinculados à sustentabilidade. “Sozinhos não conseguiremos resolver o problema de desmatamento no Brasil, na América Latina, mas estamos conscientes de que temos um papel importantíssimo, assim como todo o mercado financeiro e bancos locais, além de varejistas, governos e consumidores”, avaliou.



O desafio da rastreabilidade

Há mais de duas décadas atuando para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, a CDP é uma organização internacional, sem fins lucrativos, que atua como uma espécie de banco de dados ambientais de empresas e cidades. Diretora executiva da CDP Latin America, Rebeca Lima apresentou o trabalho da ONG que envolve 13 mil empresas, sendo cerca de 200 na região latino-americana, um número em significativa expansão (eram somente 11 corporações em 2012).

No questionário sobre florestas realizado pela CDP, por exemplo, costumam ser avaliados mais de 15 indicadores, os quais vão da governança ao engajamento. Rebeca apresentou dados de 2021 sobre rastreabilidade, com um recorte de empresas brasileiras. “Em um cenário onde 80% da perda de florestas e 15% das emissões globais de gases do efeito estufa são atribuídos à produção

de commodities, os sistemas de rastreabilidade permitem acompanhar um produto e seus componentes através de toda a cadeia de fornecimento, da produção à comercialização”, disse.

Das 45 empresas brasileiras entrevistadas, 88% disseram possuir sistemas de rastreabilidade. Contudo, apenas 31% possuíam tais sistemas com critérios de liderança. Quando questionadas sobre o monitoramento de conformidade dos fornecedores em relação ao Código Florestal, 53% (do segmento de commodities) afirmaram avaliar estes indicadores. Rebeca destacou a necessidade de se fortalecer o monitoramento, lembrando que a inação acarreta riscos bilionários para o setor no Brasil, estimados entre 3 e 5 bilhões de dólares, incluindo riscos de imagem e novos mercados.



Tempo de agir

Para Pedro Burnier, gerente do Programa de Cadeias Agropecuárias da Amigos da Terra, há uma leque de pressão por práticas sustentáveis: mercados, investidores, frigoríficos, varejistas, Ministério Público Federal e consumidores. “O futuro sustentável da alimentação no planeta passa pelo enfrentamento das mudanças climáticas e ao combate ao desmatamento ilegal, e a gente está vendo muitas empresas que estão assumindo esse compromisso”, disse.

Com um consumidor cada vez mais exigente com relação a origem dos produtos, a rastreabilidade passa a ser um item bastante valorizado pelo consumidor, conforme Burnier. Nesse sentido, uma boa rastreabilidade e um bom monitoramento na cadeia podem se traduzir em oportunidades. “É questão de você separar o joio do trigo, porque

tem gente fazendo um bom trabalho. Então, a rastreabilidade é fundamental para identificar exatamente quem são os produtores que estão trabalhando certo e como ter um acesso diferenciado aos mercados”, frisou.

Burnier citou uma pesquisa realizada pelo Observatório do Código Florestal, em 2018, que mostrou que seis em cada dez brasileiros estavam dispostos a pagar um pouco mais por produtos que respeitassem o Código Florestal. “Ou seja, é uma tendência. E o consumidor final, na verdade, é o grande impulsor”, avaliou, destacando que as indústrias têm aumentado os seus níveis de controle, mas que ainda existem muitos desafios a serem superados, como, por exemplo, o monitoramento dos fornecedores indiretos.



Um trabalho para muitas mãos

O cumprimento do Código Florestal é um passo fundamental para atender às pressões e demandas por sustentabilidade. Os especialistas concordaram que a implementação da legislação florestal é uma tarefa que envolve muitas mãos. “Não tem bala de prata e a solução não senta em um outro ator específico, mas, sim, em todos trabalhando de maneira coordenada”, afirmou Rebeca. “O cumprimento do Código é muito importante. Estamos monitorando isso de perto. É um trabalho de vários

stakeholders, várias partes que estão convergindo”, completou Thais.

Já Burnier destacou a necessidade de valorizar e estimular as ações do setor privado. “Os governos mudam a toda a hora. Claro, eles têm que desempenhar suas funções, envolvendo CAR, GTA, transparência de dados. Mas a iniciativa privada tem o seu papel e consegue desempenhá-lo”, concluiu.

Painelistas

Eugênio Pantoja - Diretor de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial do Ipam (Moderação)

Thais Aleluia - Vice-presidente para a América Latina do fundo Alliance Bernstein

Rebeca Lima - Diretora executiva CDP América Latina

Pedro Burnier - Gerente de programa de agropecuária da Amigos da Terra - Amazônia Brasileira